



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Preço: €2,5

N.º 66

Publicação Trimestral

Setembro / Outubro 2012

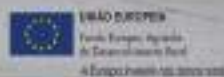
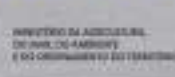
Voz da Terra

CNA, Filiadas e Agricultores “inauguram” AGROVOUGA 2012 com forte contestação à Ministra e às políticas das tróikas e do governo



CADERNO TÉCNICO:

Organização para a participação pública e os
modelos de governança local, regional e global



SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
AGROVOUGA 2012: Um marco na luta mais recente dos Agricultores, da CNA e Filiadas.....	3
DESTAQUE	
CNA e Filiadas inauguram AGROVOUGA com forte contestação à Ministra e às políticas das tróikas e do Governo	4-7
NOTÍCIAS	
Ministra da Agricultura recebe delegação da AVIDOURO após concentração	8
CADERNO TÉCNICO	
Organização para a participação pública e os modelos de governança local, regional e global.....	9-24
NOTÍCIAS	
Governo não soube lidar com a situação da seca.....	25
CE ignora dificuldades do Sector Leiteiro	26
Fim parcial dos Direitos de Plantação da Vinha abre caminho ao fim completo.....	27
INTERNACIONAL	
Agricultores e cidadãos de toda a Europa marcham até Bruxelas por uma boa alimentação e uma boa agricultura.....	30
OPINIÃO	
Flagelo dos incêndios florestais ou flagelo das más políticas agro-florestais?... ..	29
PLATAFORMA TRANSGÉNICOS FORA	
Há provas de que os OGM são muito tóxicos..	30



A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

Morada

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA

Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370

E-mail: cna@cna.pt

URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº

1100-288 LISBOA

Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336

E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158

5000-525 VILA REAL

Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153

E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA

Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317

E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Bd Louis Schmidt 119 bte 2 – 1070 BRUXELAS

Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Director

João Dinis

Coordenadora Executiva

Adélia Vilas Boas

Fotos

Arquivo da CNA

Colaboradores neste número

José Miguel Pacheco, Pedro Santos

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Gabinete Técnico da CNA

Composição/Paginação do “Caderno Técnico”

Adélia Vilas Boas

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo de Publicação ICS

123631

Composição, Fotolitos e Impressão

AT-Loja Gráfica, Lda. – Porto

Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores



UM MARCO NA LUTA MAIS RECENTE DOS AGRICULTORES, DA CNA E FILIADAS !

Um marco porque, no período de vigência (15 meses) do programa de desastre nacional das tróikas e do governo, ainda não tinha acontecido nada de semelhante no panorama do movimento dos Agricultores Portugueses e da acção da CNA e Filiadas.

Com concentrações e manifestações promovidas pela ALDA, Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, por outras Filiadas e pela CNA, os Agricultores têm “inaugurado” a feira (pecuária) AGROVOUGA, em Aveiro, desde há já mais de 20 anos seguidos. Assim aconteceu na edição deste ano, no dia da inauguração – 21 de Setembro.

Os Agricultores – e compareceram mais de 1500 – concentraram-se pela primeira vez, às 11 horas, frente à estação da CP. A seguir, desfilaram pelas ruas de Aveiro até ao recinto da AGROVOUGA, onde houve nova Concentração, pelas 13 horas, e foi aprovado um documento – com reclamações e propostas alternativas – para ser entregue à Ministra da Agricultura que estava previsto vir à AGROVOUGA na tarde desse mesmo dia 21 de Setembro. Aqui a primeira diferença:- há largos anos que nenhum Ministro da Agricultura se “atrevia” a vir inaugurar a AGROVOUGA e a encontrar-se com os Agricultores...

E passava já das 18 horas quando a Ministra da Agricultura chegou ao recinto. Outra diferença:- tinha à sua espera umas centenas de Agricultores enquadrados pelos Dirigentes Associativos da ALDA, de outras Filiadas e da CNA.

Diferença de qualidade “diferente”:- esse grande número de Agricultores, sem que alguém lhe tivesse “encomendado”, entendeu “saudar” a Ministra da Agricultura com apupos de toda a ordem, “coisa” que a esta ainda não tinha realmente acontecido! Com esses apupos, e também com as palavras de ordem, com as suas faixas e cartazes, os Agricultores manifestavam a sua revolta, com firmeza e veemência, perante as políticas agro-rurais definidas e aplicadas – e agravadas dia-a-dia – pelo programa de desastre nacional das tróikas e do governo! E fizeram com que, no caso, esta Ministra da Agricultura aparecesse, via comunicação social, aos olhos de muitos e muitos mais Agricultores como ela é de facto:- como um agente dessas políticas destrutivas que estão a lançar para a ruína milhares de Agricultores Portugueses e comprometem, perigosamente, a Soberania e a Segurança Alimentares nacionais. Fizeram, ainda, com que a Ministra da Agricultura ficasse isolada na sua (pretendida) acção de “charme” e de propaganda quando falou para uma sala vazia num auditório da AGROVOUGA em que os Agricultores foram impedidos de entrar pela polícia.

Sim, aquilo que marcou esta AGROVOUGA – 2012 – foi a forma nada amistosa como os Agricultores exprimiram a sua revolta e aí receberam a Ministra da Agricultura!

Na luta, *Sempre com os Agricultores!* Por outras e melhores políticas agro-rurais!

CNA E FILIADAS - SEMPRE COM OS AGRICULTORES - “INAUGURAM” AGROVOUGA COM FORTE CONTESTAÇÃO À MINISTRA E ÀS POLÍTICAS DAS TRÓIKAS E DO GOVERNO

Assim aconteceu logo a partir das 11 horas do dia 21 de Setembro de 2012, frente ao Largo da Estação da CP, em Aveiro, hora e local do início da primeira Concentração de Agricultores desta jornada de proposta e reclamação organizada pela Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), por outras Filiadas da CNA e que teve todo o apoio desta Confederação.

Seguiu-se animado e colorido desfile com mais de 1500 Agricultores a deslocarem-se até ao recinto da AGROVOUGA onde de novo se concentraram (13 horas) e aprovaram um documento para ser entregue à Ministra da Agricultura.

Mas esta jornada teria o seu ponto mais intenso com forte contestação às políticas de desastre nacional das tróikas e do Governo, e à própria Ministra da Agricultura, quando esta chegou ao recinto da AGROVOUGA, passava já das 18 horas. Ouviram-se então fortes protestos, assobiadelas, apupos devidamente “condimentados” e provenientes das largas dezenas de Agricultores que aguentaram

até àquela hora já tardia e – espontaneamente – se iam empolgando uns aos outros na “tarefa” à medida que decorriam os acontecimentos.

Já dentro da AGROVOUGA, os ânimos exaltaram-se mesmo contra a Ministra e as políticas agro-rurais porque os Agricultores foram impedidos, pela polícia, de entrar no anfiteatro para onde entrou a Ministra que aí ia intervir num seminário. Mas com essa interdição antidemocrática – que também denota receios por parte de quem não terá a consciência muito tranquila se tiver em conta a situação dos Agricultores – a Ministra da Agricultura falou para uma sala quase vazia enquanto que, fora do anfiteatro, os Agricultores expressavam a sua revolta.

Eis porque esta AGROVOUGA, 2012, fica marcada, exactamente, pela forma nada amistosa como os Agricultores receberam a Ministra da Agricultura e como esta se comportou ao ser assinalada como mais uma representante das tróikas e das políticas de desastre nacional que afundam a Lavoura e o nosso País.





Quando se pensava que pior era impossível, a austeridade veio empurrar ainda mais a Agricultura Familiar para um cenário de miséria.

Embora coincidindo com um período de muito trabalho no campo, os Agricultores não deixaram de participar nesta grande iniciativa de reclamação e protesto contra as continuadas más políticas agrícolas e de mercados.

Há já vários anos que os Agricultores se manifestam na abertura da AGROVOUGA, mas, na verdade, a situação em vez de

melhorar tem vindo a agravar-se de forma alarmante. O panorama é cada vez mais negro para a Agricultura Familiar e para o Mundo Rural.

Durante o dia, foram muitos os depoimentos de Agricultores desesperados. Queixam-se sobretudo das dificuldades em escoar os seus produtos, dos preços baixos ao produtor (de que são exemplo, entre outros, o leite, cujo preço tem vindo a cair sucessivamente, e as uvas, entregues sem preço), dos constantes aumentos nos custos dos factores de produção, e





de tantos outros problemas e dificuldades. Ficaram também muitos testemunhos de Agricultores que, apesar de muito terem resistido às adversidades, foram obrigados a abandonar a Agricultura e a encerrar as suas explorações. Todos os dias encerram explorações agrícolas em Portugal e o Mundo Rural fica cada vez mais empobrecido e votado ao abandono. A agravar ainda mais a situação, este programa de fome e de desastre nacional das tróikas e do Governo está a condenar à extinção a Agricultura Familiar. Os Agricultores não aguentam!

Durante o desfile até ao recinto da AGROVOUGA, e depois de feitas as primeiras intervenções de Agricultores e de alguns dirigentes da CNA e das Associadas Regionais, os participantes gritavam palavras de ordem e empunhavam faixas e cartazes onde se podiam ler, entre outras, as seguintes mensagens: “Governo e a Tróika arruinam a Agricultura”; “Não ao aumento da TSU na Agricultura!”; “Em defesa da Lavoura e do Mundo Rural: Não ao FMI e aos seus partidários”; “Produzir mais alimentos, SIM. Mais terra para eucaliptos, NÃO”.





Já junto ao recinto da AGROVOUGA, para simbolizar a miséria e ruína do Mundo Rural, foram colocadas cruzes no chão para construir um cemitério improvisado. Tratou-se de um acto simbólico, porque é muito maior o cemitério onde estão a ser “enterradas” as explorações agrícolas familiares que desaparecem todos os dias em Portugal.

Mais tarde, e apesar do forte aparato policial que cercava a comitiva Ministerial, Albino Silva, presidente da ALDA e membro da Direcção Nacional da CNA, conseguiu entregar à Ministra um documento com as principais propostas e reclamações da Lavoura.

É de lamentar e reprovar veementemente o facto dos Agricultores terem sido impedidos pela polícia de entrar na sala onde decorria o Seminário sobre a PAC – Política Agrícola Comum, evento para o qual muitos deles até estavam inscritos.

Mas se não entraram os Agricultores, entraram as suas vozes. Dentro da sala quase deserta ouvia-se, bem alto, o tom de revolta dos Agricultores.

Desde início, mas sobretudo no final,



quando a Ministra chegou ao recinto da feira e se “isolou” no anfiteatro a falar sobre a reforma da PAC (enquanto os Agricultores protestavam cá fora), esta forte iniciativa da ALDA, de outras Filiadas e da CNA, marca um ponto de viragem – e um avanço – na intervenção dos Agricultores perante quem realmente os serve ou não serve (portanto, perante esta Ministra da Agricultura) e nos seus protestos (formas e conteúdos).

Esta AGROVOUGA 2012 e a acção dos Agricultores aqui concentrados marcam um avanço – muito positivo – na luta dos Agricultores Portugueses contra o programa de desastre nacional das tróikas e do governo. Por outras e melhores políticas agrícolas e de mercados!



Ministra da Agricultura, à defesa na Régua, recebe delegação da AVIDOURO após concentração

Foi uma Ministra da Agricultura insegura – após uma “ruidosa” concentração frente ao Solar do Vinho do Porto – que recebeu, a 22 de Setembro, num hotel da Régua, uma delegação da Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro (AVIDOURO) e das Comissões de Lavradores afectados pelas intempéries deste Verão.

Antes, a delegação tinha-se concentrado frente ao Solar do Vinho do Porto, para onde estava previsto um almoço oficial com a Ministra e comitiva. Porém, a Ministra optou por se “refugiar” num hotel da Régua e protelou a sua chegada ao Solar do Vinho do Porto.

A situação fez com que os Vitivinicultores tivessem ficado desconfiados de que a Ministra tinha entrado por alguma porta secundária, pelo que “invadiram” o Solar do Vinho do Porto sob protestos e também sob “marcação cerrada” por parte de intimidatório dispositivo policial.

Neste ambiente agitado, houve contacto com a comitiva ministerial, com destaque para o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas e com o Director Regional da DRAP Norte. Mas os Vitivinicultores insistiam em ser recebidos pela Ministra da Agricultura, o que acabou por acontecer num hotel na Régua (de acordo com proposta da Ministra).

Quanto aos problemas, a Ministra disse pouco mais que nada...

No encontro, a Ministra foi questionada acerca das medidas – que tardam e retardam – para apoiar as centenas de Vitivinicultores severamente afectados pelas quedas de granizo nos meses de Maio e Julho.

Assunção Cristas voltou a falar numa ajuda governamental à compra das “caldas” para tratamento das Videiras e



da adopção de medida para a resolução do “Benefício” (ainda desconhecida), remetendo outros apoios para a eventual indemnização via seguros agrícolas.

Acontece que, e tal como é sabido inclusive pela Ministra da Agricultura, os actuais seguros agrícolas são muito caros e desinteressantes para a Lavoura (descapitalizada) sendo que, em geral, acabam por segurar é as seguradoras e não os Agricultores.

Oportunidade, ainda, para se colocar à Ministra uma série de outros assuntos: a necessidade de se aumentar o “Benefício” para a próxima campanha; o escoamento e os preços à Produção dos Vinhos; os altos custos dos Factores de Produção; a produção e o comércio de Aguardente; a falta de fiscalização à rega ilegal da Vinha no Douro por parte de grandes empresas; a falta de fiscalização eficaz ao cumprimento da “lei do terço” (“stoques” obrigatórios, no comércio, de Vinho do Porto).

A estas questões a Ministra foi dizendo que está atenta; que estão a ser estudadas medidas; etc.; ou seja, quanto à efectiva solução dos problemas do Douro, a Ministra disse pouco mais que nada.

Da parte da AVIDOURO e dos Vitivinicultores foi reafirmado que não vão desistir nem de trabalhar nem de lutar até serem resolvidos os graves problemas que estão a matar a Região Demarcada do Douro.



Organização para a participação pública e os modelos de governança local, regional e global

Pelo Gabinete Técnico da CNA

As significativas alterações que se verificaram no sistema agro-alimentar mundial nas últimas décadas e o surgimento de diversas crises mundiais, nomeadamente da crise alimentar e climática, colocaram o tema da soberania e da segurança alimentar na ordem do dia, justificando mais do que nunca que os governos não descurem esta área de actuação e formulem e implementem políticas que promovam, em cada contexto nacional, essa mesma soberania e segurança alimentar.

Em Portugal, as políticas nacionais e europeias que vêm sendo seguidas no campo da produção, distribuição e consumo de alimentos têm levado, ao longo dos anos, à destruição da produção alimentar e ao agravamento da balança comercial do país, não se acautelando muitas das vezes os interesses quer dos

produtores quer dos consumidores.

No plano regional, a realização do primeiro Fórum Europeu para a Soberania Alimentar, em Agosto de 2011, na Áustria, demonstrou como se começa a fortalecer o movimento em torno da soberania alimentar por toda a Europa e a importância de, ao nível local, haver um trabalho concertado e forte entre os diferentes sectores da sociedade.

A nível global, o processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CSA) e a discussão sobre o futuro Quadro Estratégico Global para a Segurança Alimentar demonstram a necessidade de se repensarem mecanismos de governança mundial que tornem a luta contra a fome mais efectiva e a participação da sociedade civil nas políticas uma realidade.

Ainda a outro nível com interesse



relevante para Portugal, a decisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de avançar com uma Estratégia Regional de Segurança Alimentar conforma um momento oportuno para aprofundar as discussões sobre o direito

humano à alimentação e as possíveis implicações, em termos de políticas públicas, da aplicação do conceito de soberania alimentar no espaço da CPLP.

Assim, entenderam diversas organizações portuguesas que a estes diferentes níveis, e à semelhança do que já acontece em outros países, era imperioso alcançar uma participação mais forte e efectiva por parte da sociedade civil portuguesa na definição das políticas públicas, através da criação de uma rede informal que envolvesse os distintos quadrantes sociais, nomeadamente os grupos mais vulneráveis, e que trabalhasse o tema da soberania e segurança alimentar.

É deste exemplo de organização da sociedade com vista ao aumento da participação pública ao nível local, regional e global que se dará conta neste artigo, mais concretamente do surgimento da Rede Portuguesa para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional designada de forma abreviada de REALIMENTAR.



REALIMENTAR

REALIMENTAR - Rede Portuguesa para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Historial

A REALIMENTAR nasceu oficialmente a 17 de Abril de 2012 e é uma organização da Sociedade Civil que tem por objectivo principal influenciar os processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas nacionais e internacionais que digam respeito à Soberania e Segurança Alimentar.

O lançamento oficial desta rede surge cerca de seis meses após realização da primeira reunião das organizações fundadoras, a 4 de Outubro de 2011, onde ficou decidida a criação de uma Comissão Instaladora e a elaboração de um “regulamento” e de uma carta de princípios que viessem a sustentar o funcionamento e a fundamentar a existência, actuação e fins da rede.

Referir que esta rede surge tendo como membros fundadores nove organizações representativas de diferentes sectores da sociedade civil, nomeadamente agricultores, pescadores e consumidores, mas também diversas organizações com um extenso trabalho na área da cooperação e desenvolvimento, esperando os seus fundadores que agora esta se alargue a todas as organizações que se identifiquem com a sua carta

de princípios.

A REALIMENTAR nasceu precisamente por este conjunto de organizações considerarem que as aspirações e necessidades da maioria daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos não têm estado no centro das políticas agrícolas, alimentares e comerciais e que existe a necessidade de uma mobilização e intervenção social mais activa nestes temas.

Salienta-se as crescentes dificuldades no acesso aos alimentos por parte dos cidadãos, referir o caso do decréscimo no consumo alimentar em Portugal em face da crise, constata-se os inúmeros escândalos alimentares que se vão sucedendo, a volatilidade dos preços dos alimentos suportada no essencial pela especulação financeira, constata-se a perda da Agro biodiversidade e a destruição de milhares de pequenas explorações – uma a cada minuto na Europa, duas a cada hora em Portugal – com efeitos desastrosos na desertificação do mundo rural.





A escolha do dia 17 de Abril para lançamento desta rede esteve relacionada com a simbologia da data, uma vez que neste dia comemora-se o Dia Internacional da Luta Camponesa e, assim sendo, consideraram os seus membros oportuno fazer o lança-

mento público nesta data.

Este lançamento acabou por ser marcado também pela realização da primeira iniciativa pública da REALIMENTAR, também ela simbólica, de distribuição de um quinto de uma maçã aos transeuntes, o que representava os 20% que vão para remunerar o produtor do total despendido pelos consumidores finais com a sua alimentação diária.

A escolha deste tema esteve relacionada com uma das principais preocupações da REALIMENTAR, a injustiça clara na distribuição do valor acrescentado produzido pela cadeia alimentar e que consta da sua Carta de Princípios.

Carta Princípios

No preâmbulo da sua carta de princípios é referido desde logo que a REALIMENTAR é uma iniciativa da sociedade civil que constitui um espaço de diálogo, debate, articulação de esforços, recursos e acções para a intervenção nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação.



A REALIMENTAR detém 22 princípios essenciais, sendo eles:

1. O princípio do direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras de saúde e culturalmente aceites;

2. O princípio do direito dos povos a decidirem e a gerirem os seus próprios sistemas agrícolas e alimentares;

3. O princípio do direito dos países a protegerem os seus produtos e produtores e de controlar a sua produção de alimentos;

4. O princípio da necessidade de uma agricultura e comércio sustentáveis que não comprometam o acesso a outras necessidades essenciais e o sistema alimentar futuro;

5. O princípio do uso e gestão da terra, territórios, água, sementes, animais e biodiversidade nas mãos e ao serviço

das comunidades locais;

6. O princípio de uma alimentação base dos povos sustentada na produção e no consumo local de alimentos;

7. O princípio da promoção e defesa da igualdade de género, centrada na valorização e reconhecimento do papel preponderante da mulher no que se refere à alimentação e seu contributo para a garantia da soberania alimentar das comunidades locais;

8. O princípio do reconhecimento da reciprocidade entre saúde e nutrição, assumindo a importância do acesso universal aos cuidados de saúde primários para a promoção da segurança alimentar e nutricional;

9. O princípio da rejeição da substituição da produção de alimentos básicos locais por produções para exportação e dos circuitos curtos e directos de comer-



cialização por circuitos de comercialização de longa distância;

10. O princípio da eliminação de qualquer tipo de *dumping* seja ele financeiro, social ou ecológico;

11. O princípio da necessidade da existência de instrumentos públicos fortes de regulação do mercado e da produção;

12. O princípio da consagração de políticas que atribuam, à agricultura familiar, a importância devida do ponto de vista económico, social e ambiental e que reponham preços à produção que travem a sua destruição;

13. O princípio da consagração de políticas que garantam condições de vida dignas aos pequenos pescadores e pescadores artesanais, nomeadamente no que respeita aos direitos sociais, acesso aos recursos piscícolas e reconhecimento das suas especificidades;

14. O princípio da defesa e promoção da floresta e recursos florestais, reconhecendo a importância do uso sustentável dos seus produtos e serviços – energia, alimentos, saúde, rendimento, entre outros – para a segurança alimentar e nutricional de populações tradicionais extrativistas.

15. O princípio da promoção de



políticas de consagração do comércio tradicional e dos mercados locais e regionais como actividades estratégicas;

16. O princípio da rejeição do patenteamento de seres vivos e da utilização de organismos geneticamente modificados;



17. O princípio da rejeição de culturas dedicadas para a produção de agro combustíveis e de outras que coloquem em causa a segurança alimentar;

18. O princípio da necessidade de uma justa distribuição da riqueza produzida inerente ao valor acrescentado introduzido pelos diversos agentes da cadeia alimentar;

19. O princípio da garantia do acesso aos alimentos (em termos físicos e económicos), designadamente através de redes de segurança que promovam a inclusão social dos grupos vulneráveis;

20. O princípio da salvaguarda da segurança dos alimentos (food safety), garantindo a sua não-contaminação (física, química, biológica, incluindo livre de transgénicos) e a sua qualidade (nutricional e sanitária) e impedindo a sua adulteração e/ou más práticas de higiene nas diferentes etapas da cadeia alimentar, assegurando ainda informação adequada ao consumidor.

21. O princípio da rejeição de todos os mecanismos que possibilitem a especulação sobre os bens alimentares de que são exemplo os mercados de futuros;

22. O princípio da necessidade de sedimentar outra governança alimentar mundial centrada no Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas.



É com base nestes princípios que a REALIMENTAR convoca os diferentes actores sociais a unir esforços em direcção à plena realização, em Portugal e no mundo, de políticas que promovam a soberania e segurança alimentar e nutricional e garantam o Direito Humano à Alimentação.



A participação e integração da REALIMENTAR em Redes Regionais da Sociedade Civil

Como já foi referido, uma das questões que levou à criação da REALIMENTAR foi a decisão da CPLP em avançar com uma Estratégia Regional de Segurança Alimentar (ESAN) e a necessidade da sociedade portuguesa participar de forma organizada na definição das políticas públicas que venham daqui a ser emanadas.

Esta participação está previsto fazer-se através da integração da REALIMENTAR na Rede Regional da Sociedade Civil

para a Segurança Alimentar e Nutricional (REDSAN) e, por via desta, no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da CPLP.

Assim, já em Julho deste ano, a REALIMENTAR participou em Maputo nas reuniões da REDSAN e do CONSAN que antecederam a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, com vista à consolidação do tema da Soberania e Segurança Alimentar na agenda política dos governos e da própria CPLP, em particular no que se refere à consagração da ESAN como instrumento político primordial para reforçar a institucionalidade e a governança nesta área na Comunidade.





REDSAN

A **Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional (REDSAN-PALOP)** é um espaço de articulação de organizações da sociedade civil que trabalham em conjunto para reforçar o diálogo com os governos e outros actores no sentido de contribuir para a agenda política da soberania e segurança alimentar e nutricional, num quadro de realização efectiva do Direito Humano à Alimentação em cada contexto nacional.

A REDSAN-PALOP é constituída actualmente pelas redes nacionais da sociedade civil de Angola (Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional), Cabo Verde (PONG's – Plataforma das ONGs de Cabo Verde), Guiné-Bissau (RESSAN-GB – Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP

– Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional) e Moçambique (ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar), esperando-se agora que esta se venha a alargar às redes da sociedade civil do Brasil, Portugal e Timor-Leste, designadamente através da integração do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, da REALIMENTAR e da FONG-TIL – Federação das ONGs de Timor-Leste.

Dentro da REDSAN as redes nacionais são autónomas em termos organizativos e de definição das suas estratégias de intervenção de acordo as prioridades políticas específicas de cada país. Para além da intervenção em cada país, estas redes convergem a nível regional na REDSAN-PALOP beneficiando da partilha de informação e experiências entre países e ganhando força para uma intervenção colectiva também a nível regional e global.

Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

Esta estratégia, formulada sob a perspectiva do Direito à Alimentação, assume como missão reforçar a coordenação entre os Estados-membros e a governança das políticas e programas sectoriais com impacto ao nível da SAN

nos países da Comunidade. Do ponto de vista institucional a ESAN-CPLP contará com órgãos de governança próprios, designadamente o CONSAN, no qual está prevista a participação activa de diferentes actores, incluindo a sociedade civil.



Outra das razões do surgimento da REALIMENTAR foi o desejo de participação, de forma organizada e coordenada, no movimento em torno da soberania alimentar que surgiu na Europa com a realização do 1º Fórum Europeu para a Soberania Alimentar, em Agosto de 2011, na Áustria, designado de Fórum Nyeleni

Europa.

Assim, espera-se que a REALIMENTAR possa vir a integrar este movimento reforçando-o e, através dele, vir a ter uma maior capacidade de intervenção na definição das políticas, nomeadamente no que diz respeito à Política Agrícola Comum (PAC).



Fórum Europeu para Soberania Alimentar

O 1º Fórum Europeu para Soberania Alimentar, que se realizou em Agosto de 2011 na Áustria, reuniu mais de 400 delegados de 34 países europeus para partilhar, construir e desenvolver estratégias comuns para conquistar a soberania alimentar na Europa.

Nele participaram organizações de agricultores, pescadores, pastores, trabalhadores rurais, consumidores, organizações sindicais, organizações de mulheres e jovens e ONGs ligadas à área do ambiente, saúde e desenvolvimento e cooperação, demonstrando que o tema da agricultura e da alimentação é transversal a toda a sociedade.

Os temas discutidos incluíram: modelos de produção de alimentos, cadeias alimentares/comerciais, aspectos sociais e condições laborais, acesso à terra e outros recursos e políticas públicas.

O fórum teve como objectivo fortalecer, alargar e construir o movimento pela soberania alimentar na Europa, concentrando os trabalhos em três tópicos:



1. reforço da definição comum do significado de soberania alimentar na Europa;
2. identificação de desafios comuns e obstáculos à soberania alimentar na Europa;
3. construção de estratégias comuns para tornar a soberania alimentar uma realidade na Europa.

Como resultado do Fórum foi adoptada a primeira declaração europeia pela soberania alimentar. A declaração proclama: “estamos convencidos que uma mudança no nosso sistema alimentar é o primeiro passo para uma mudança alargada na nossa sociedade”.

A Coordenadora Europeia Via Campesina, da qual a CNA é Associada, juntamente com outras organizações, nomeadamente, Amigos da Terra, ATTAC Europa, Vredeseilanden, CIP - Comité Internacional de Planificação para a Soberania Alimentar e a Marcha Mundial das Mulheres, estiveram por de trás da realização deste Fórum e do surgimento deste movimento.



Entrevista

À conversa com João Pinto, Director da ACTUAR, uma associação portuguesa sem fins lucrativos fundada em 2007 e que esteve desde o início na ideia e na criação da REALIMENTAR:

Voz da Terra: Quais são, em sua opinião, os principais desafios para tornar mais efectiva a participação dos cidadãos nos processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas, sejam elas nacionais, regionais, ou globais?

João Pinto: Penso que há pelo menos dois ingredientes fundamentais que devem ser tidos em consideração: por um lado, é necessário que exista abertura ao diálogo político por parte dos governos, designadamente através da criação de mecanismos e espaços institucionais que garantam, de facto, essa participação; por outro, é necessário que a própria sociedade – em particular as organizações representativas dos diferentes quadrantes

sociais – esteja mobilizada, aumentando assim a sua capacidade de intervenção.

Relativamente ao primeiro ponto, conhecemos hoje várias iniciativas que evidenciam que a conformação de mecanismos institucionais para o diálogo político promove um maior contacto e interacção entre governo e sociedade civil. Falo, por exemplo, de diferentes fóruns temáticos, conselhos sectoriais, comissões mistas, entre outros, que permitem uma maior aproximação entre os sectores sociais e os órgãos governativos, dando assim voz aos reais beneficiários das políticas. No caso da segurança alimentar, destaco, por exemplo, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ou o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar em Moçambique. Estes órgãos são compostos por vários sectores de governo (Ministério da Agricultura, Saúde, Educação, Segurança Social, entre outros) e diferentes actores sociais (Associações, movimentos sociais, ONG), sendo responsáveis não apenas pela discussão e proposição de alternativas de política,





mas também pelo acompanhamento e monitoria das acções levadas a cabo pelos governos. Importa salientar que a “institucionalização” destes espaços é um factor essencial para garantir uma participação efectiva. Isto significa que não basta que a sociedade civil seja apenas pontualmente chamada a pronunciar-se sobre uma qualquer medida ou proposta legislativa (por exemplo, através de consulta pública), mas antes que tenha lugar permanente na mesa de discussão e seja parte activa e directa tanto da formulação como da implementação das políticas. De igual modo, também não basta que esses espaços tenham um carácter ad hoc, ou seja, sejam apenas conformados ao sabor das vontades do governo, na maior parte dos casos para legitimar uma qualquer opção ou proposta já previamente definida. No fundo, trata-se de avançar em direcção à conformação de espaços públicos, devidamente institucionalizados e consequentes do ponto de vista da decisão política, incluindo transparência

na gestão pública e respectiva prestação de contas.

Relativamente ao segundo ponto, penso que o trabalho em rede por parte da sociedade civil tem demonstrado ser um mecanismo importante para promover a mobilização, tanto em termos de aprofundamento da cidadania e participação social, como de influência política. A REALIMENTAR – da qual a CNA e a ACTUAR são membros fundadores juntamente com outras organizações – é disso um exemplo. O trabalho em rede permite juntar no mesmo barco diferentes organizações, beneficiando das suas múltiplas valências, experiências e trajectórias em direcção a um objectivo comum. No caso da soberania e segurança alimentar isso é particularmente evidente dado que é uma área de política que justifica intervenções concertadas em diferentes frentes: no campo produtivo (acesso a terra e outros recursos naturais, acesso a factores de produção, protecção da biodiversidade, políticas agrícolas e pesqueiras); no

campo do acesso aos alimentos (preços e mercados, emprego, protecção social); no campo do consumo (questões de saúde pública, informação e protecção do consumidor ou segurança dos alimentos). O trabalho em rede permite, igualmente, potenciar o acesso da sociedade civil a diferentes espaços de discussão – nacional, regional ou global. Por exemplo, uma tomada de posição política conjunta por parte da REALIMENTAR pode, mais facilmente e com maior rapidez, ser veiculada junto do governo português, da Comissão Europeia, da CPLP ou do Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas, de forma mais efectiva. Isto acontece porque os membros da rede participam em diferentes espaços e podem assim ser porta-vozes de uma posição previamente discutida e acordada entre as várias organizações.

Voz da Terra: O que se pode esperar em termos de intervenção da REALIMENTAR nos processos de formulação e tomada de decisão no caso das políticas públicas nacionais?

João Pinto: Penso que uma das principais prioridades da REALIMENTAR neste momento deve ser a incidência política junto do governo para a necessidade de formular uma estratégia nacional

que garanta a soberania e a segurança alimentar em Portugal. Este compromisso foi assumido pelo próprio governo português durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que decorreu em Julho passado, em Maputo, e onde a CNA e a ACTUAR tiveram a oportunidade de estar presentes. Portugal é o único país da CPLP que não avançou ainda com a formulação de uma estratégia nacional neste campo. Do ponto de vista produtivo as políticas seguidas pelos sucessivos governos têm levado à completa marginalização da pequena agricultura em Portugal; centenas de milhares de pequenas explorações foram forçadas a desaparecer, enquanto o défice agro-alimentar não para de aumentar. Do ponto de vista social as situações de vulnerabilidade e pobreza não param de aumentar; as situações de penúria e mesmo fome avolumam-se à vista de toda a gente e a única resposta que temos é cortar a torto e a direito, seja nos apoios sociais, na geração de emprego ou nos serviços públicos à população. Já todos percebemos que vivemos uma situação de “salve-se quem puder”, enquanto que a política de reduzir o Estado ao mínimo continua a beneficiar os grandes grupos económicos instalados, designadamente a grande distribuição de alimentos. A



montante e a jusante são respectivamente os produtores e os consumidores que sofrem as consequências. A REALIMENTAR tem condições para trazer este tema a debate público. Sem dúvida é preciso juntar mais vozes a esta luta, mas temos já uma boa base de partida: a CNA e a MARP têm lutado de forma permanente pela defesa do mundo rural e por uma inversão de política em matéria de agricultura, floresta e comércio; a Federação dos Sindicatos da Sector da Pesca com o seu contributo para os recursos pesqueiros; a Associação dos Consumidores de Portugal no que se refere à protecção e informação do consumidor e respectiva regulamentação; a Saúde em Português com o seu contributo para as questões da nutrição e saúde pública; várias organizações não-governamentais como a



ACTUAR, a OIKOS ou o IMVF que podem ajudar na consciencialização e mobilização da opinião pública.

Para além do compromisso com a formulação desta estratégia lembro também que o governo português se comprometeu, tal como os demais países da CPLP, a conformar até 2014 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em Portugal.



A sua área de intervenção privilegiada é o mundo rural português, embora esteja também vocacionada para trabalhar e cooperar com países do Sul. Tem como principal objectivo o de contribuir para a promoção do desenvolvimento, especialmente dos territórios rurais, privilegiando os grupos mais marginalizados, como os pequenos produtores e as mulheres.

A ACTUAR é, tal como a CNA, membro da RRN – Rede Rural Nacional.

Saber mais em <http://www.actuar-acd.org/>





Conclusão

Historicamente o debate e participação em torno das Políticas Agrícolas, nomeadamente da Política Agrícola Comum, no que diz respeito à sociedade civil, quase sempre tem sido da exclusiva responsabilidade das organizações agrícolas, deixando de lado uma grande fatia da sociedade que é parte interessada nesta política, como sejam, os consumidores.

Por outro lado é notório que actualmente esta realidade se tem vindo a alterar e que existe um outro interesse de participação da sociedade civil em geral em intervir na definição destas políticas.

Para esta mudança em muito contribuíram os desafios que a dada altura se colocaram à humanidade com o surgimento das crises climática, financeira, alimentar, energética, económica e social.

Acresce ainda dizer que é notória uma crescente valorização da intervenção da sociedade civil por parte de algumas instituições, nomeadamente da União Europeia, com a criação de diversas consultas à Sociedade Civil, da CPLP, com a criação do CONSAN onde tem assento a sociedade civil e do CSA que criou um mecanismo de participação da Sociedade Civil e de diálogo entre esta e o próprio Comité.

Mas se estes mecanismos de consulta e participação da Sociedade Civil têm sido mais valorizados e utilizados, a verdade é que ainda não é notório um reflexo concreto desta participação nas políticas agrícolas e alimentares emanadas.

Acresce ainda dizer que uma verdadeira e representativa organização da sociedade civil para a participação tem os seus custos financeiros e que é necessário que os mecanismos de participação que vão sendo criados tenham em conta o necessário financiamento público para que os mesmos funcionem efectivamente.

Apesar de ninguém colocar em causa que os cidadãos devem ter o direito a intervir na definição das políticas agrícolas e alimentares, na verdade, todo este debate está desde logo condicionado pelos acordos ao nível da Organização Mundial do Comércio (OMC) e por todos os tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio que vão sendo assinados pelos Governos, onde não existe qualquer mecanismo de participação e auscultação da sociedade civil e que deixam refém qualquer política agrícola e alimentar de nível local e regional.

Cabe pois a esta sociedade civil organizada exigir uma outra governança local, regional e global onde a participação pública seja efectiva e consequente.

Governo não soube lidar com a situação de seca

Medidas tardias e discriminatórias para a Agricultura Familiar

A situação de seca que Portugal atravessou durante o ano de 2012 causou graves prejuízos à agricultura nacional, com quebras de produção que, por exemplo nos cereais Outono/Inverno, atingiram os 80%. Este foi o quarto ano mais seco desde que há registos e, se em termos meteorológicos a seca não foi tão severa como a de 2005, os efeitos nas explorações agrícolas são mais devastadores devido, também, à situação de acentuada descapitalização dos agricultores que estão sem capacidade financeira para suportar mais estes prejuízos.

O Ministério da Agricultura acordou muito tarde para a situação (todos se lembrarão da fé da senhora ministra para que chovesse) e foi “empurrando com a barriga” para frente até finalmente admitir a catástrofe que já estava instalada. O que assistimos nos meses seguintes foi um anunciar de medidas e milhões para combater os problemas, anúncios esses que em muitos casos apenas serviram de manobra política para criar expectativas, falsas, nos agricultores.

Das muitas medidas anunciadas, a grande maioria foram alterações administrativas ao nível das ajudas da PAC.

Sobre estas, há que reconhecer, o Ministério tem cumprido, incluindo-se neste pacote a antecipação do pagamento de ajudas de 2012.

Nas restantes medidas a situação é bem diferente, senão vejamos, no quadro abaixo, as medidas anunciadas em Março.

Em termos gerais poderemos dizer que o Governo não soube lidar com a situação de seca que Portugal atravessou e cujos efeitos ainda se estão a fazer sentir. Falhou redondamente porque menosprezou a situação e quando admitiu o problema já os produtores pecuários não tinham alimentos para os animais e falhou perante os agricultores, nomeadamente os pequenos e médios, já que, na prática, as medidas acabam por ser muito selectivas e mesmo discriminatórias em relação à Agricultura Familiar.

Esperemos que sirva de lição, porque acreditar apenas em actos divinos para resolver situações terrenas não chega. Há que enquadrar o problema na situação que tende a ser cíclica e tomar as medidas necessárias, ao nível da gestão da água e do desencadeamento dos mecanismos de apoio às explorações agrícolas e pecuárias, de forma a minimizar os impactos.

Medida Anunciada	Cronologia	Aplicação Real
Ajuda Alimentação Animal: anunciado 30€ ou 22€ para os bovinos e 9€ para os ovinos e caprinos	Anúncio da medida: 27 Março 2012 Publicação D. Normativo: 10 Abril 2012 Candidatura: 10 Abril 2012 Pagamento: 31 Maio 2012	Valor global da medida muito insuficiente: originou cortes superiores a 30% nos montantes a pagar aos agricultores. O rateio não teve em conta a dimensão das explorações
Isenção ou deferimento dos pagamentos à Segurança Social (SS)	Anúncio da medida: 27 Março 2012 Publicação Portaria: 31 Maio 2012 Assinatura de Protocolo e início de candidatura com as OA's: 15 Junho 2012 Comunicação da SS: A decorrer	Valor máximo acumula com os valores da ajuda à alimentação animal. Prejuízos mal calculados, muito poucos agricultores abrangidos face ao anunciado.
Comparticipação dos Custos de energia (electricidade verde)	Anúncio da Medida: 27 Março 2012 Publicação do Despacho: 16 Agosto 2012 Abertura das candidaturas com as OA's: 10 Outubro 2012	Comparticipação apenas por 6 meses. Terminou em Março de 2012, quando a situação se estendeu até final de Agosto

Comissão Europeia ignora dificuldades do Sector Leiteiro

Ministra da Agricultura e Governo Português não se opõem como é necessário

A Comissão Europeia (CE) transmitiu ao recente Conselho Agrícola da União Europeia (UE) – reunião dos Ministros da PAC – que não achava necessárias medidas excepcionais de apoio ao Sector Leiteiro. Antes, tinha já avançado com uma proposta tendente para a liberalização progressiva dos Direitos de Plantação (ou de Plantio) da Vinha.

Sobre a situação do Leite, a Ministra da Agricultura de Portugal juntou-se a outros Ministros – sobretudo ao do Estado Espanhol – para reclamar à CE algumas medidas excepcionais que esta ainda nega mas que, de facto, são medidas indispensáveis para acudir ao Sector.

Porém, no Conselho Agrícola, e tanto quanto se sabe, a Ministra da Agricultura nada disse quanto a uma questão vital e que é a da interrupção do desmantelamento em curso do sistema de “quotas” de Produção Leiteira. Desmantelamento das “quotas leiteiras” que, na prática, está a acontecer devido ao aumento progressivo dessas “quotas” em 5% até 2015, uma decisão estrategicamente errada, tomada contra a opinião da Confederação Nacional da Agricultura e dos Agricul-

tores, em 2008/09 aquando do chamado “exame de saúde” da PAC.

Com esses aumentos progressivos das “quotas” de cada um dos Estados-Membro, a UE fez com que os maiores e mais intensivos produtores – a agro-indústria; os maiores agricultores; alguns Estados-Membro – encharcassem ainda mais outros países com os seus excedentes (a baixo preço), assim provocando enormes dificuldades ao escoamento da Produção Nacional e aos rendimentos dos nossos Produtores de Leite.

Esta dinâmica destruidora e o aumento especulativo do custo dos principais Factores de Produção – rações, energia, combustíveis, empréstimos bancários – têm acelerado a ruína das Explorações Leiteiras, a começar pelas de tipo familiar.

Assim, a CNA continua a reclamar à Ministra da Agricultura e ao Governo Português que se oponham, com a maior firmeza, ao desmantelamento em curso do sistema das “quotas leiteiras”, o que pressupõe o “regresso” à situação de antes do “exame de saúde da PAC” e da autorização liberalizadora do aumento dos 5% das “quotas leiteiras” de cada Estado-Membro, até 2015!



Fim parcial dos Direitos de Plantação da Vinha abre caminho ao fim completo

A Organização Comum de Mercado (OCM) do Vinho em vigor prevê o fim dos Direitos de Plantação da Vinha a partir de 2015/17.

A consumir-se esta disposição, tal seria, a curto prazo, o fim das Vinhas e dos Vinhos mais ligados aos territórios e aos métodos tradicionais.

A plantação de novas Vinhas seria então deslocalizada/concentrada para as regiões que mais interessassem às grandes empresas do “fabrico” de vinhos industriais e quaisquer que sejam os rótulos e as designações que estes venham a exhibir.

Por isso, a CNA desde sempre se afirmou contra o fim dos Direitos de Plantação da Vinha por isso ser contrário aos interesses da Vitivinicultura familiar/tradicional e das regiões tradicionalmente produtoras e, portanto, contrário ao interesse nacional.

Recentemente, a Comissão Europeia (CE) apareceu com uma proposta que, ficando ainda a meio caminho da liberalização mais completa dos Direitos de Plantação da Vinha, todavia, está a caminho dessa liberalização.

Para já, e numa primeira apreciação à proposta da CE, não haverá o fim decretado para as Vinhas produtoras de Vinhos DOP (Denominação de Origem Protegida) e de Vinhos IGP (Indicação

Geográfica Protegida) mas é decretado – politicamente – o fim dos Direitos de Plantação para as Vinhas produtoras de Vinhos de mesa sem denominação ou Vinhos “normais”, digamos assim.

Poder-se-á dizer que é uma “melhoria” em relação ao disposto na actual OCM do Vinho que aponta para a razia completa dos Direitos de Plantação.

Porém, acabar com os Direitos de Plantação das Vinhas produtoras de Vinhos mais “normais”, isso significa liquidar, a prazo, dezenas de milhar de produtores nacionais (e europeus) de bons Vinhos de mesa.

Significa acabar, a prazo, com as Vinhas em mais de metade (em mais de 100 mil hectares) da actual área plantada com Vinha no nosso País!

Significa abrir as portas às dinâmicas e aos interesses tendentes para uma liberalização mais completa.

Significa, ainda, um forte “estímulo” às traficâncias com Vinhos e Mostos...

Por tudo isso, a CNA mantém a sua posição contrária ao fim de quaisquer Direitos de Plantação da Vinha.

Em primeiro lugar, compete ao Governo Português tudo fazer para defender a Vitivinicultura e o interesse nacional junto da UE!

NÃO! Ao fim dos Direitos de Plantação da Vinha!



Agricultores e cidadãos de toda a Europa marcham até Bruxelas por uma boa alimentação e uma boa agricultura

Este Verão, agricultores, cidadãos e jovens de toda a Europa fizeram uma marcha até Bruxelas, com o objectivo de exigir aos órgãos da União Europeia uma boa alimentação e uma boa agricultura. A marcha culminou no dia 19 de Setembro, com uma manifestação em Bruxelas e com várias iniciativas noutras cidades Europeias. Ao longo do percurso foram sendo realizados eventos, acções e protestos.

A CNA associou-se a esta iniciativa enviando um documento às representações do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia em Portugal e aos Eurodeputados Portugueses.

Devido à coincidência da iniciativa com a manifestação já agendada pela CNA para a abertura da AGROVOUGA, no dia 21 de Setembro, não se reuniram condições para a realização de uma iniciativa em Portugal em paralelo as restantes realizadas um pouco por toda a Europa. Assim, a grande jornada de protesto e reclamação na abertura da AGROVOUGA serviu igualmente para assinalar, em Portugal, esta Marcha Europeia de luta, de agricultores e outros cidadãos, por uma outra Política Agrícola Comum (PAC).

Tendo em conta que o futuro da nossa alimentação e dos nossos agricultores está a ser debatido em Bruxelas e, pela primeira vez, a reforma da agricultura Europeia vai ser decidida pelo Parlamento Europeu e pelos Governos nacionais, esta é a oportunidade para exigir uma PAC que produza boa alimentação e boa agricultura. Está na hora da mudança!

Nos últimos 50 anos, os nossos impostos



foram usados para apoiar a produção industrial de alimentos, um modelo agrícola que está a ameaçar a existência dos nossos agricultores. Esta situação gera, por um lado, insegurança alimentar e, por outro, grande desperdício de alimentos, ao mesmo tempo que destrói o ambiente, devido ao uso excessivo de fertilizantes químicos, pesticidas nocivos e combustíveis fósseis. As explorações agrícolas industriais dependem da soja importada para a alimentação animal, descuidam o bem-estar animal, agravam as alterações climáticas e conduzem ao abandono das zonas rurais.

Por isso, apelamos a uma maior reflexão sobre o actual modelo/sistema alimentar e agrícola. A PAC tem de mudar!

É tempo de preços justos para agricultores e consumidores!

É tempo de levarmos a sério o meio ambiente!

É tempo da Soberania Alimentar!

É tempo de levar boa alimentação e boa agricultura a todo o lado!



Flagelo dos Incêndios Florestais Ou Flagelo das más políticas agro-florestais ?...

Por João Dinis

Recrudesce o flagelo dos Incêndios Florestais sempre que se proporcionam condições climáticas favoráveis. A lavrar a fogo, fumo e cinza por montes e vales; por teres e haveres; por milhares e milhares de hectares de matos, culturas e florestas; percorrendo sem parar – ou sem ser parado – municípios inteiros; provocando aflição, tragédia e prejuízos catastróficos.

De acordo com o relatório provisório de incêndios florestais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), entre 01 de Janeiro e 30 de Setembro de 2012, a área ardida mais do que duplicou face ao mesmo período do ano passado, registando-se 20.501 incêndios florestais e 104.125 hectares de área ardida.

“Isto” acontece apesar do esforço de milhares de Bombeiros e Populares; acontece apesar dos dispendiosos e “espectaculares” meios aéreos de combate.

Sim, de facto até parece que as “coisas” têm mesmo que ser assim; que não há formas de reduzir (muito) a extensão e a violência dos Fogos Florestais.

Ora, tal como a CNA tem afirmado – e a experiência comprova – a extensão e a violência dos Incêndios Florestais devem-se, em primeiro lugar, à ruína da Agricultura Familiar e ao correspondente êxodo das Populações Rurais.

Esta situação forjou-se e acontece, no essencial, por causa das más políticas agro-florestais (e de mercados) aplicadas durante anos e anos por sucessivos governos e pela União Europeia.

Más políticas em que, entre outros

graves erros estratégicos, se apostou oficialmente na florestação/floresta industrial – intensiva e monocultural, à base do eucalipto – e se marginalizou a floresta “familiar”, de uso múltiplo; em que se parou com o incremento dos PROF, Planos Regionais de Ordenamento Florestal; em que, durante anos seguidos, não houve investimento público na floresta nacional, inclusive em planos de prevenção de Incêndios Florestais; em que os monopólios das celulosas, dos aglomerados e da cortiça se governaram à grande, impondo, simultaneamente, preços baixos e ruinosos à Produção de madeiras e de cortiças por parte dos pequenos e médios Produtores Florestais.

Para não ficar atrás, o actual Governo decidiu “cortar” cerca de 150 milhões de Euros nas verbas nacionais do PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, destinadas à Floresta, incluindo “cortes” em medidas de prevenção de Incêndios Florestais.

E para não termos dúvidas acerca de quem de facto mais “manda” no Ministério da Agricultura e no Governo, aí os temos a advogar a florestação das áreas ardidas com eucalipto... e a pretender alargar o plantio (indiscriminado) desta mesma espécie às áreas de regadio...

Por tudo isso, e por mais ainda, para se evitar os extensos e violentos Fogos Florestais são necessárias – e possíveis – outras e melhores políticas agro-florestais. Para isso, é necessário – e possível – interromper este programa de desastre nacional das tróikas e do Governo!

Há provas de que os OGM são muito tóxicos

Não semeie transgênicos nem os dê aos seus animais

Neste artigo, falaremos sobre os resultados de um estudo científico recente sobre o milho transgênico realizado na Universidade de Caen pela equipa do Professor Séralini.

Durante dois anos, uma equipa de cientistas franceses alimentou dezenas de ratinhos com milho transgênico produzido pela multinacional Monsanto – o milho NK603 –, que é tolerante ao herbicida Roundup também produzido pela Monsanto. Esse milho tinha sido considerado seguro com base em estudos apresentados pela empresa e em 2005 foi autorizado pela Comissão Europeia para a alimentação humana. No entanto, este estudo independente concluiu que os animais alimentados com o milho transgênico morrem antes e sofrem muito mais de tumores e de outros problemas em vários órgãos vitais. São resultados considerados alarmantes.

De facto, as fêmeas alimentadas com OGM tiveram duas a três vezes mais tumores nas glândulas mamárias. E os tumores apareceram na pele e nos rins dos machos alimentados com OGM até 600 dias antes dos tumores que apareceram nos ratos que não se alimentavam com o milho transgênico, ou seja, quase a meio da sua vida, porque a esperança de vida destes ratos é de 2 anos.

Isto só se soube porque «pela primeira vez no mundo, um OGM e um pesticida foram estudados pelo seu impacto na saúde a mais longo prazo do que haviam feito até agora as agências de saúde, os governos e as indústrias», disse o coordenador do estudo.

Até agora, as plantas e animais geneticamente modificadas eram autorizadas com base nos estudos mandados fazer

pelas empresas que os produzem. Como quem produz as sementes transgênicas são empresas multinacionais, como a Monsanto, a Bayer e a Pioneer, que ganham biliões de euros com eles, é fácil perceber porque é que as pesquisas que fazem não encontram problemas!... Além disso, os seus enormes lucros permitem-lhes fazer a publicidade de que precisam para aumentar as suas vendas, enganando muitos agricultores e “convencendo” até alguns cientistas e governantes.

Exige-se, pois, que enquanto não forem publicados mais dados científicos com estudos de longo prazo sobre todos os transgênicos já autorizados que demonstrem a sua segurança, o governo português e os restantes governos europeus tomem imediatamente estas medidas de emergência e precaução:

- Suspensão imediata de todos os transgênicos em uso na alimentação e nas rações animais; e
- Proibição imediata do cultivo de milho transgênico.

Sr. produtor, a decisão sobre estas medidas também está nas suas mãos: não semeie milho transgênico nem dê aos seus animais rações geneticamente modificadas. Exija aos seus fornecedores milho e rações sem transgênicos. **A sua saúde e a saúde dos consumidores dos seus produtos também está nas suas mãos.**

Nota final: Se tiver dúvidas, escreva para: Plataforma Transgênicos Fora, Apartado 5052 – 4018-001 Porto, ou para o email info@stopogm.net, que nós respondemos. Se tiver acesso à internet, pode obter muito mais informações no site da Plataforma Transgênicos Fora, em www.stopogm.net.



2012

**Ano
Internacional das**

Cooperativas



PROGRAMA

12 de janeiro	Lançamento do AIC-2012
29 de fevereiro	Seminário "As Cooperativas e a Economia Social" – SPA - Sociedade Portuguesa de Autores
9 e 10 de março	Colóquio "Horizontes da Economia Social" "Experiências Cooperativas Vivas"
24 de março	Encontro Cooperativo – Feira de Braga
23 – 27 abril	Semana Cooperativa nas Instituições Comunitárias
28 de abril	Encontro Cooperativo – Feira de Beja
04 de maio	Seminário "Emprego Jovem e o Papel das Cooperativas" – Universidade Lusófona, Lisboa (Apresentação das principais conclusões do relatório sobre emprego jovem da OIT)
11 de maio	Encontro Ibérico de Economia Social – Empreendedorismo, Empresa Social e Cooperativismo – Porto
19 de maio	Seminário Internacional – "Crédito Cooperativo" – Albufeira
6 de junho	Encontro Cooperativo – Feira de Santarém
22 e 23 de junho	CooperAção – Mostra de Identidade Cooperativa
07 de julho	Celebração do Dia Internacional das Cooperativas [Cerimónia na Assembleia da República]
27 de julho	70º Aniversário da Mútua dos Pescadores
14 de setembro	Cooperativas de Interesse Público (Régies Cooperativas) – Que Futuro? Auditório da Comoiprel - Cipri (Pavilhão de Exposição e Feiras de Moura), Moura – Baixo Alentejo
15 de setembro	Encontro Nacional das Cooperativas Culturais – Palmela
24 de setembro	Conferência "Os Números do Cooperativismo e da Economia Social em Portugal" (Resultados preliminares da Conta Satélite da Economia Social)
19 e 20 de outubro	Convenção Nacional das Cooperativas
25 e 26 de outubro	10º Encontro da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa
30 de outubro – 02 de novembro	Congresso Cooperativo Mundial – Manchester
6 e 7 de dezembro	Congresso da CONFAGRI

AGRICULTOR <> CONSUMIDOR

**NÃO AO AUMENTO DE IMPOSTOS - DEFENDER A PRODUÇÃO NACIONAL
MERCADOS LOCAIS PARA OS PRODUTOS PORTUGUESES**



**POR MELHORES POLÍTICAS AGRO-RURAIS!
CONTRA O PROGRAMA DE DESASTRE E DE FOME
DAS TRÓIKAS E DO GOVERNO!**

**ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DA GUARDA
SALVAR A AGRICULTURA VIDA DIGNA PARA OS AGRICULTORES**



**Produzir mais alimentos, SIM
Mais terra para eucaliptos, NÃO**



**DIZEMOS NÃO ÀS TROIKAS E A ESTAS POLÍTICAS
EXIGIMOS DO GOVERNO MAIS APOIOS PÚBLICOS PARA O DOURO.**



**Para Defesa da Produção Nacional
Governo Deve Regular
as Grandes Superfícies Comerciais**

AGROVOUGA 2012